

DÍVIDA EXTERNA

14 SET 1988

GAZETA MERCANTIL

Brasil já reduziu seu débito em US\$ 6,5 bilhões com a conversão

por Ângela Bittencourt
de São Paulo



Elmo de Araújo
Camões

O Brasil já conseguiu reduzir em US\$ 6,5 bilhões sua dívida externa pelo mecanismo de conversão de dívida em capital de risco no País. Os seis leilões de conversão foram responsáveis pelo abatimento de US\$ 1,077 bilhão. US\$ 1,93 bilhão através de conversões informais, além das conversões efetivadas ao amparo da Carta-circular nº 1.125 (US\$ 845 milhões) e das operações com base na Circular nº 1.303 (US\$ 674,4 milhões), informou ontem Elmo de Araújo Camões, presidente do Banco Central (BC), durante conferência sobre investimentos no Brasil, promovida pela revista Euromoney e bancos Bozano, Simonsen; Banco do Estado de São Paulo (Banespa); Itaú; Midland Bank; NMB Bank e Banco Safra / Republic National Bank of York e Libbra Bank plc.

O BC estima em US\$ 2 bilhões o volume de conversões informais da dívida em investimento contratados neste ano mas que ainda não foi registrado oficialmente junto à autoridade monetária.

Se este montante de crédito for acrescido à conversão informal já registrada, o Brasil teria reduzido sua dívida em CZ\$ 6,5 bilhões.

Durante entrevista à imprensa, o presidente do BC, Elmo de Araújo Camões, dimensionou a capacidade

de conversão do setor público e privado. Enquanto a iniciativa privada pode converter títulos vencidos entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões, o setor público pode converter US\$ 28 bilhões.

Camões alertou, contudo, que já recomendou há três meses, que as empresas estatais evitem trabalhar neste mercado de conversões informais. "Se elas continuam fechando este tipo de operação, estão atuando indevidamente", esclareceu.

OTIMISMO

Otimista com o resultado do processo de conversão, Camões acredita que este é o primeiro sinal efetivo de que as perspectivas de investimento no Brasil melhoram. "Acredito numa solução otimista para o

País porque o déficit público encontra-se sob controle; os superávits da balança comercial têm sido expressivos; conseguimos fechar a renegociação da dívida externa assinando um contrato com os bancos credores nos próximos dias 22 ou 23; a produção agrícola vem batendo recordes e o preço das nossas commodities continuam em alta", ponderou.

Falando a uma platéia de mais de uma centena de executivos de instituições financeiras, o presidente do BC reforçou que o sucesso dos leilões é inegável. Provando com números, Camões explicou que de 1981 a 1987, por exemplo, a média mensal do valor das conversões foi de US\$ 28,9 milhões. Neste período, considerando apenas o ano de 1984, que foi mais representativo, a média atingiu US\$ 62,1 milhões.

Neste ano, contudo, com a realização de apenas seis leilões, em média mensal de US\$ 174,1 milhões.

A expectativa do BC é de converter entre US\$ 7,5 bilhões e US\$ 8,5 bilhões neste ano. Para 1989, contudo, o presidente do BC pondera que a autoridade monetária pretende ter muita cautela, pois no próximo ano serão detonadas as operações de "relending" (reempréstimos). Estas operações, na opinião de Camões, deverão ser iniciadas entre novembro e dezembro envolvendo US\$ 100 milhões por mês.

Para que as operações de "relending" sejam retomadas, o Brasil deverá concretizar a assinatura do acordo com os bancos credores na próxima semana, possivelmente. A partir daí, espera o BC, o País poderá, inclusive, voltar a obter financiamentos mais curtos de cinco ou seis anos de prazo. Um exemplo da disposição dos bancos a emprestar recursos, afirma Camões, é o fato de as instituições européias terem assegurado ao Brasil US\$ 300 milhões em linhas comerciais de curto prazo.

PROPOSTA DONMB

Jacques Kemp, presidente do NMB Bank, reforçou uma proposta feita pela instituição ao BC em dezembro de 1987. Segundo Kemp, o Brasil poderia dar aos bancos credores a opção de ficarem com o deságio atingido no leilão de conversão da dívida e colocar no País volume equivalente de dinheiro novo, em cruzados.

Ele explica que, dando a opção aos bancos — de ficar com o deságio e injetar mais recursos ou transferir o deságio ao governo brasileiro, como vem ocorrendo — o BC poderia ampliar o leque de investimentos, na medida em que as instituições que optassem por injetar novos fundos no País (em igual proporção ao deságio) não estivessem contabilizando prejuízo em seus balanços, mas apenas ampliando o risco Brasil.